

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 10.

1 As políticas de habitação no Brasil e nos demais países da América Latina têm priorizado historicamente a concessão da propriedade dos imóveis às famílias de baixa renda. 4 Entretanto, considerando-se que o mercado de imóveis regulares atende cerca de 30% da população brasileira, que o *deficit* habitacional no Brasil é estimado em 5,5 milhões de 7 unidades e que a taxa de imóveis desocupados chega a 11% nas regiões centrais das grandes cidades, o aluguel subsidiado, geralmente utilizado em situações emergenciais ou transitórias, poderia ser um instrumento complementar 10 para prover moradias dignas a essas famílias.

O estudo **Procura-se casa para alugar: opções de política para a América Latina e o Caribe**, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), analisou o contexto de dezenove áreas metropolitanas da região, entre elas, as 13 cidades de Curitiba, Salvador e São Paulo, para identificar as potencialidades do aluguel social como instrumento para diminuir o *deficit* de moradias nessas metrópoles. 16

19 Juntas, essas cidades somam um *deficit* de 691 mil unidades, e destas, 591 mil famílias possuem renda inferior a três salários mínimos, público-alvo de boa parte dos esforços 22 em termos de políticas habitacionais no Brasil. Ainda, 9,1% das famílias com demanda de moradia no Brasil não contam com nenhuma fonte de renda. Essa porcentagem chega a 25 10,8% em Curitiba, a 12,2% em Salvador e cai para 8,7% em São Paulo, o que corresponde a 44 mil famílias.

O ônus excessivo com aluguel representa 32% do 28 *deficit* brasileiro, mas pode chegar a 44% do *deficit* quando consideradas apenas as regiões metropolitanas. Na região metropolitana de São Paulo, esse *deficit* totaliza 256 mil 31 unidades. Essas famílias, com alto gasto relativo mensal de aluguel, são público potencial para programas de locação social.

34 Algumas dessas políticas podem ser relativamente simples, como diminuir o tempo de reintegração de posse da moradia no caso de despejo ou criar um sistema de garantias 37 para o aluguel. Isso possibilitaria a expansão da oferta de moradias para locação, criando incentivos para que pelo menos uma parte do número considerável de unidades 40 vazias se some ao mercado e contribua para aliviar o *deficit* habitacional.

O estudo recomenda que a política habitacional não 43 deve se limitar à produção de unidades para a venda, mas também deve oferecer alternativas a segmentos da população que não podem ou não querem ser proprietários 46 de imóveis.

No que se refere ao texto e a seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 1 No texto, que se caracteriza como dissertativo-argumentativo, o aluguel social é apresentado como alternativa para substituir a política habitacional no Brasil, marcada pela concessão da propriedade dos imóveis a famílias de baixa renda.
- 2 Na linha 3, o emprego do acento indicativo de crase em “às famílias de baixa renda” justifica-se pela regência do termo “propriedade” e pela presença do artigo definido feminino que precede o substantivo “famílias”.
- 3 O emprego de vírgula após os termos “subsidiado” (linha 9) e “transitórias” (linha 10) justifica-se por isolar segmento de sentido explicativo.
- 4 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso a forma verbal “contam” (linha 23) estivesse flexionada na terceira pessoa do singular – **conta** –, visto que o núcleo do sujeito da oração é representado por uma porcentagem.

Julgue os próximos itens, relativos à correção gramatical e à coerência da proposta de reescrita para cada um dos trechos destacados do texto.

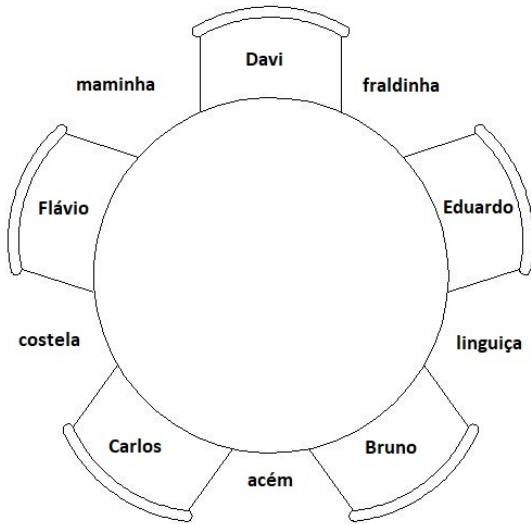
- 5 “Juntas, essas cidades somam um *deficit* de 691 mil unidades” (linhas 19 e 20): **Essas cidades somam, juntas, um deficit de 691 mil unidades**
- 6 “quando consideradas apenas as regiões metropolitanas” (linhas 28 e 29): **se forem consideradas apenas as regiões metropolitanas**
- 7 “aluguel. Isso possibilitaria” (linha 37): **aluguel, o que possibilitaria**

Considerando a correção gramatical e a coerência das substituições propostas para vocábulos e trechos destacados do texto, julgue os itens subsequentes.

- 8 “têm priorizado” (linha 2) por **veem priorizando**
- 9 “que” (linha 5), em “que o *deficit* habitacional no Brasil” (linhas 5 e 6), por **onde**
- 10 “não deve se limitar” (linhas 42 e 43) por **não deve limitar-se**

Julgue os seguintes itens, considerando a correção gramatical dos trechos apresentados e a adequação da linguagem à correspondência oficial.

- 11 Informamos que a solicitação de prorrogação de prazo para início ou conclusão de obras do Programa Habita Brasília deverá ser feita diretamente à Secretaria de Monitoramento de Obras.
- 12 Solicito informações a cerca dos documentos exigidos para inscrição no Programa Morar Bem por que não foi possível, acessar o endereço eletrônico informado na página da CODHAB.



Bruno, Carlos, Davi, Eduardo e Flávio são amigos e jantam em uma churrascaria. Na mesa circular em que se encontram, há 5 cadeiras idênticas, equidistantes duas a duas, e 5 espaços entre cada par de cadeiras para os garçons servirem carnes: acém; costela; fraldinha; linguça; e maminha. A figura acima ilustra uma possível configuração da mesa, com os 5 amigos e as 5 carnes do rodízio. Sabe-se que as carnes preferidas de Bruno são costela e acém e Davi prefere fraldinha.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 13 Se Bruno tem suas carnes preferidas a seu lado e Davi também tem sua carne favorita em um de seus lados, então Bruno e Davi não podem estar em cadeiras adjacentes.
- 14 Se a posição das carnes na mesa for aleatória, a probabilidade de Bruno estar entre suas carnes preferidas é maior que 8%.
- 15 O número possível de configurações da mesa, contando que os 5 amigos estejam sentados e as 5 carnes estejam entre cada par de cadeiras, é maior que 3.000.

P: Lucas foi aprovado em seu exame de cálculo.

Q: Lucas estuda muitas horas sobre cálculo.

R: Se alguém estuda muitas horas sobre cálculo, então é aprovado em seu exame de cálculo.

Considerando as sentenças apresentadas acima, julgue os itens que se seguem.

- 16 A sentença R significa que estudar muitas horas sobre cálculo é condição necessária para ser aprovado em seu exame de cálculo.
- 17 $R \rightarrow (Q \rightarrow P)$.

Em uma sala de aula com capacidade máxima para 100 pessoas, havia vários estudantes. Depois de uma atividade em grupo, os estudantes foram dispensados. O diretor da escola perguntou quantos alunos havia na sala. A professora respondeu: "Não sei quantos havia, mas sei que tentamos formar grupos com 4, 5 e 6 estudantes, mas sempre sobrava um. Quando formamos grupos com 7 estudantes, não sobrou ninguém."

Com base nesse caso hipotético, julgue os itens seguintes.

- 18 Se a professora tentasse formar grupos de 3 estudantes, não sobraria ninguém.
- 19 Havia mais de 90 estudantes na sala.

RASCUNHO

De acordo com a Lei n.º 10.257/2001, julgue os próximos itens.

- 20** A edificação feita em descumprimento ao plano diretor poderá ensejar a cobrança do imposto predial territorial urbano de forma progressiva e indefinida no tempo, com majoração de alíquota até que haja conformação da construção.
- 21** A preempção consiste na preferência conferida ao Poder Público municipal para aquisição de imóvel objeto de alienação onerosa entre particulares.
- 22** A cobrança de tributos sobre imóveis urbanos pode ser diferenciada e reduzida de modo a funcionar como mecanismo de estímulo à concretização de objetivos de interesse social.
- 23** A competência legislativa para a edição de normas gerais de direito urbanístico é comum, alcançando União, estados, Distrito Federal e municípios.

Acerca da Lei n.º 5.197/1967, julgue os itens subsequentes.

- 24** Mediante licença, é legalmente permitida a destruição de animais silvestres considerados como nocivos à agricultura.
- 25** O Poder Público incentivará a formação de clubes de caça amadora, sendo proibida a caça profissional.
- 26** Mediante licença, é legalmente permitida a exportação para o exterior de peles e couros, em bruto.
- 27** A temporada de caça de espécies permitidas pelo Estado durará enquanto não atingida a quota de exemplares liberada para destruição.

Políticas públicas voltadas para a interiorização do desenvolvimento nacional começaram a adquirir consistência na Era Vargas (1930-1945), quando foi anunciado o projeto “Marcha para o Oeste”. Na segunda metade dos anos 1950, com o governo de Juscelino Kubistchek, concretizou-se a transferência da capital para o Planalto Central, com a construção e inauguração de Brasília. Em certa medida, esse propósito de interiorização foi retomado por governos militares pós-1964.

Tendo essas informações como referência inicial e considerando, em particular, o papel conferido à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), julgue os itens de **28** a **33**.

- 28** A decisão de criar a RIDE foi tomada pelo governo do general João Figueiredo, o último do regime militar instaurado em 1964.
- 29** A construção de Brasília inscreve-se na estratégia, adotada pelo governo federal, voltada para a interiorização da ocupação populacional e das atividades produtivas em áreas historicamente afastadas do litoral, como o Centro-Oeste.

- 30** Com a consolidação de Brasília e o consequente adensamento de sua população, o impacto da nova capital ultrapassou as fronteiras do Distrito Federal, exercendo influência direta sobre vários municípios goianos.
- 31** A RIDE foi criada para agir no aglomerado urbano da Área Metropolitana de Brasília, razão pela qual, na origem, incorporou municípios goianos, mas excluiu os situados em Minas Gerais.
- 32** Por determinação legal, são considerados como de interesse da RIDE os serviços públicos comuns ao Distrito Federal e aos municípios que dela fazem parte, com destaque para aqueles vinculados às áreas de infraestrutura e de geração de postos de trabalho.
- 33** Lei de 2018, que alterou objetivos e composição da RIDE, retira a participação da União no financiamento de projetos de infraestrutura para a região, limitando legalmente sua atuação à supervisão das ações já em andamento.

Julgue os itens seguintes quanto ao programa Microsoft Word 2013, ao programa de navegação Google Chrome, em sua versão mais atual, e às noções de vírus, *worms* e pragas virtuais.

- 34** O Word 2013 possui recursos que visam controlar os tipos de alterações que podem ser feitas no documento. É possível restringir que outros usuários possam alterar a formatação de um documento e permitir que os demais procedimentos sejam realizados, como, por exemplo, edição.
- 35** A partir de um documento do Word 2013, é possível traduzir um texto selecionado para outro idioma.
- 36** Ao aumentar o Zoom de uma página, utilizando o programa de navegação Google Chrome, e, posteriormente, abrir uma nova guia neste navegador, o Zoom da nova página será sempre igual ao da página anterior, ou seja, apresentará o Zoom aumentado.
- 37** No Chrome, é permitido editar um arquivo PDF aberto por esse navegador, pois ele já vem com o *plug-in* padrão que desbloqueia esse formato de arquivo, caso esteja protegido.
- 38** É perfeitamente possível configurar o Google Chrome para que ele possa reabrir as mesmas páginas que o usuário estava visualizando quando saiu.
- 39** O vírus de *boot* é um vírus que age diretamente na inicialização do sistema de computadores conectados à rede. Contudo, ele não é espalhado por meio de dispositivos, como, por exemplo, *pen drives*.
- 40** *Botnets* são computadores infectados por arquivos considerados como maliciosos que podem ser controlados por criminosos, remotamente.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Com base na lei e na jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens subsequentes acerca do processo administrativo disciplinar.

- 41** A defesa por habilitado tecnicamente é requisito imprescindível à validade do processo administrativo disciplinar, em homenagem à ampla defesa e ao contraditório.
- 42** É lícita a utilização, em processo administrativo disciplinar, de prova produzida em processo judicial criminal, desde que assegurados ao servidor o contraditório e a ampla defesa.
- 43** Somente excepcionalmente, se grave a imputação e se houver fundamentos mínimos, admitir-se-á a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima.

De acordo com a lei e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir no que se refere ao poder de polícia.

- 44** As sociedades de economia mista, embora possam exercer poder de polícia administrativa, não estão autorizadas a aplicar multas em razão desse poder.
- 45** Os conselhos de fiscalização profissional possuem delegação para exercício do poder de polícia.
- 46** Prescreve em cinco anos a pretensão da Administração de cobrança de multas impostas em razão do exercício do poder de polícia.

A respeito da discricionariedade administrativa, julgue os itens de **47** a **50**.

- 47** Também a discricionariedade técnica a que podem recorrer as agências reguladoras está sujeita a algum controle judicial que não incursione em notas de conveniência e de oportunidade.
- 48** A conveniência e a oportunidade, que caracterizam a discricionariedade, são passíveis de controle quando, embora dentro da legalidade, se revelem desproporcionais ou inefetivas para o atingimento do interesse público.
- 49** Não há ato administrativo puramente vinculado, sempre existindo alguma margem para a atuação do administrador, ainda que se situe na própria interpretação da lei.

- 50** A discricionariedade administrativa pressupõe conceitos propositalmente deixados em aberto pelo legislador para preenchimento em concreto pelo administrador.

Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens seguintes quanto ao princípio da isonomia.

- 51** A extensão de reajustes de vencimentos a servidores públicos, de modo a garantir a isonomia, pode e deve ser efetivada por decisão judicial.
- 52** O valor de tributos recolhidos por determinada empresa ao Estado pode constitucionalmente funcionar como critério de desempate em licitação.
- 53** Em concurso público, a pontuação em prova de títulos em razão do simples exercício pelo candidato de função pública viola a isonomia.

À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens subsecutivos a respeito dos partidos políticos.

- 54** É constitucional, como condição para a participação de candidato em debate eleitoral, a exigência de representação mínima, no Congresso Nacional, de seu correspondente partido político.
- 55** Em propaganda partidária, é vedada a participação de pessoas integrantes de outros partidos.
- 56** Os critérios de cálculo para repasse do fundo partidário representam direito adquirido pelos partidos políticos, o que inviabiliza sua mudança no tempo.

Conforme a Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os próximos itens com relação ao Ministério Público.

- 57** Compete exclusivamente ao Ministério Público Federal atuar perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.
- 58** Na condição de fiscal da lei, o Ministério Público ostenta legitimidade para recorrer de decisões judiciais em processos em que não figure como parte.
- 59** Em caso de divergência interna entre órgãos do Ministério Público Federal, caberá ao Supremo Tribunal Federal resolver os conflitos de competência.
- 60** A independência funcional assegura aos órgãos do Ministério Público a possibilidade de divergirem nas condições de parte e de fiscal da lei.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito da NBR 9050, que trata de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, julgue os seguintes itens.

- 61** A norma conceitua desenho universal como sendo a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva. Portanto, os espaços acessados e utilizados por todos devem ser considerados de forma simples, com explicações também simplificadas, mínimo esforço físico e flexibilidade de uso.
- 62** Considerando-se a área de manobra com deslocamento de cadeiras de rodas, as medidas para deslocamento com 180º equivalem a uma região de 1,5 x 1,9 m.
- 63** Em rotas acessíveis, os desníveis de qualquer natureza devem ser evitados. Porém, se forem inevitáveis, devem ser tratados e dimensionados como degraus quando ultrapassarem 20 mm de altura.
- 64** Portas abertas devem ter um vão livre de 80 cm de largura, com 210 cm de altura, independentemente do tipo de porta (sanfonada, de correr etc.). Abre-se exceção para locais de prática esportiva, onde as portas devem ter 100 cm de largura.

Acerca de projeto arquitetônico, julgue os itens subsequentes.

- 65** O anteprojeto difere do estudo preliminar por apresentar acréscimo de itens obrigatórios previstos pela NBR 6492, como, por exemplo, a discriminação técnica da obra e o quadro geral de acabamentos e documentos para aprovação junto aos órgãos responsáveis.
- 66** A marcação dos cortes transversais e longitudinais deve aparecer não somente nas plantas, mas também em cortes e fachadas.
- 67** As cotas parciais e totais de um projeto arquitetônico deverão aparecer com a mesma unidade de medida – metros ou centímetros.
- 68** As projeções importantes, como projeções de marquises, balanços etc., diferentemente das projeções convencionais, deverão ser representadas por meio de traços e dois pontos, com espessura de 2 mm.

Com relação ao cronograma físico-financeiro a ser apresentado para acompanhamento e fiscalização de obras, julgue o item a seguir.

- 69** Conforme consta no Projeto Básico da Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, a planilha orçamentária deverá pautar-se pelos preços de mercado praticados no território nacional na data de apresentação do Projeto. Como referência para análise, será adotado o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI/IBGE) e a taxa de benefícios e despesas indiretas (BDI) deverá ser obrigatoriamente informada na mesma planilha.

No que se refere ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT), julgue os itens que se seguem.

- 70** Diferentemente do PDOT de 1997, o atual PDOT regionaliza o território do Distrito Federal de forma a agregar regiões administrativas (RAs) que tenham similaridades e algum grau de dependência de infraestrutura viária, equipamentos e serviços em unidades de planejamento territorial. Essas unidades serão bases para a elaboração dos chamados Planos de Desenvolvimento Locais (PDLs) e para a elaboração de outros planos setoriais.
- 71** Entre as diretrizes essenciais para o transporte público previstas no documento, destacam-se: compatibilizar a operação do transporte público coletivo no Distrito Federal e nos municípios limítrofes, mediante parcerias público-privadas, e promover as bases para o desenvolvimento do sistema multimodal integrado de transporte coletivo urbano.

Com base na Lei n.º 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, julgue os próximos itens.

- 72** Para o projeto básico explicitado nesse documento, as soluções técnicas adotadas devem ter caráter global e localizado, devendo ser detalhadas na etapa imediatamente seguinte (projeto executivo).
- 73** A contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, é um exemplo de caso de dispensa de licitação.
- 74** Para os serviços de natureza predominantemente intelectual (elaboração de projetos, cálculos, fiscalização etc.), como, por exemplo, de licitações do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”, exigem-se procedimentos, entre outros, como, após a classificação das propostas técnicas, a abertura das propostas de preço dos licitantes que tenham atingido a valorização mínima estabelecida no instrumento convocatório e a negociação das condições propostas, com a proponente mais bem classificada, com base nos orçamentos detalhados apresentados e nos respectivos preços unitários e tendo como referência o limite representado pela proposta de menor preço entre os licitantes que obtiveram a valorização mínima.

Com relação ao uso do *software* AutoCAD na elaboração de um projeto arquitetônico, julgue os itens subsequentes.

- 75** Para o desenvolvimento de uma perspectiva isométrica no AutoCAD 2D, faz-se necessário utilizar o comando **ROTATE** (especificando o valor de 30° para o ângulo) após a construção da linha por meio do comando **LINE** na dimensão desejada.
- 76** No ambiente Layout – paperspace, ao selecionar a parte interna de uma *viewport*, é possível alterar a visualização dos desenhos feitos no ambiente Model sem alterar as dimensões reais do desenho elaborado nesse ambiente; altera-se apenas a escala de impressão.
- 77** Na versão 2018, é possível gerar um arquivo, em PDF, do desenho feito, utilizando apenas o comando **save as**. Para isso, basta selecionar a opção **DWG Convert > PDF**.

No que diz respeito ao desenvolvimento de um projeto de urbanismo, julgue os itens seguintes.

- 78** É fundamental considerar as condições do usuário para acessar os equipamentos comunitários que atendam funções de cultura e religião (como bibliotecas, cemitérios, centros culturais etc.), segurança pública (corpo de bombeiros, delegacias etc.), entre outros. Essas condições são permitidas por outros equipamentos comunitários tipificados como equipamentos de circulação e transporte (estacionamentos, logradouros públicos etc.).
- 79** As rodovias, as vias de circulação expressa e as vias de atividades encontram-se na mesma esfera: cidade/região, pois permitem ligações em escala macro, considerando a velocidade e o volume de veículos automotivos que por elas circulem.
- 80** As calçadas devem ter dimensão mínima de 1,2 m, respeitando a dimensão humana padrão de 60 cm, exceto em áreas de comércio mais intenso, onde a dimensão mínima recomendada do passeio livre é de 2,4 m.
- 81** As vias de atividades devem ter duas faixas de rolamento por sentido (com dimensão mínima de 2,5 m cada), sendo uma preferencial para o transporte coletivo.

De acordo com a Lei Federal n.º 6.766/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, julgue os itens que se seguem.

- 82** Considera-se como loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos nem no prolongamento, na modificação ou na ampliação dos já existentes.
- 83** Aprovado o projeto de loteamento ou de desmembramento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de um ano, a contar da data de aprovação, sob pena de caducidade do ato.
- 84** Uma vez realizado, o registro de loteamento não poderá ser cancelado.

Acerca da Agenda 21 brasileira, julgue os itens subsequentes.

- 85** A promoção do planejamento estratégico participativo é uma das premissas para a construção e implementação da Agenda 21. Configura, portanto, um compromisso entre o governo e a sociedade como um todo, visando à sua implementação efetiva.
- 86** Dos princípios gerais para a Agenda 21 brasileira, foram alinhavados alguns princípios específicos da região amazônica, da região de domínio dos cerrados, da caatinga e da Mata Atlântica, justificados por se tratarem de regiões que envolvem a maior porção do território nacional e por abrigarem os maiores biomas brasileiros.
- 87** A dimensão social tratada no documento justifica-se com a afirmativa de que não há possibilidade de desenvolvimento sustentável sem erradicar a pobreza no País. Como medidas, são citadas a redução da concentração de renda, a erradicação do analfabetismo e a redução das disparidades regionais, no intuito de minimizar o êxodo rural.
- 88** Apesar das dimensões continentais do País, ao tratar do recurso solo, evidencia-se que apenas 4,2% do solo brasileiro têm boas características, sendo solos profundos, bem drenados, predominantemente de textura média ou argilosa e com fertilidade natural que varia de alta a média. Esse dado representa cerca de 35 milhões de hectares, distribuídos irregularmente no território nacional.

Quanto ao Código de Obras e Edificações do Distrito Federal, julgue os próximos itens.

- 89** Habilitação de projeto arquitetônico, emissão de licença de obras e certificação da conclusão de obras são fases do processo de licenciamento de obras no Distrito Federal.
- 90** O anteprojeto deve conter, no mínimo, os seguintes desenhos: planta de implantação; planta de cobertura; planta baixa dos pavimentos; cortes longitudinal e transversal; fachadas e indicação/relação de portas; janelas; e mobiliário fixo de áreas molhadas.
- 91** O canteiro de obras deve ser cercado e instalado estritamente dentro dos limites do lote, podendo não respeitar afastamentos obrigatórios por se tratar de intervenção provisória.

Com relação ao conteúdo do Plano Distrital de Habitação de Interesse Social (PLANDHIS), julgue os itens subsecutivos.

- 92** Já na introdução do documento, menciona-se que, à época de sua publicação, o Distrito Federal ocupava o segundo lugar no *ranking* da desigualdade social no País, o que fazia com que fosse urgente trabalhar para a minimização dessa desigualdade e usar estratégias de gestão para tornar a moradia de qualidade um direito efetivo de todos.
- 93** Desenvolvimento institucional, qualidade e produtividade da produção habitacional e integração da política habitacional à política de desenvolvimento urbano são exemplos das diretrizes estabelecidas pelo PLANDHIS.
- 94** Dos eixos estratégicos especificados, a necessidade habitacional tem como um problema diagnosticado a má qualidade das habitações construídas sem orientação técnica. Como diretriz específica que se enquadra nesse grupo, aponta-se a promoção da capacitação dos técnicos no tocante à interpretação e à aplicação dos atuais dispositivos legais que tratam da habitação de interesse social, da regularização fundiária e da qualificação de moradia.
- 95** O programa de recenseamento imobiliário referenciado no documento tem como um dos beneficiários as famílias que vivem em situação de precariedade habitacional com até doze salários mínimos e um dos critérios de atendimento apontados é a realização do recenseamento nas cidades consolidadas, oriundas dos programas de assentamento, que ainda não possuem regularização fundiária, devendo se estender pelas demais áreas da cidade que tenham assentamentos informais, além dos condomínios, verticais ou horizontais, e dos loteamentos fechados de interesse social.

A respeito da Resolução n.º 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), julgue os itens a seguir.

- 96** Licença ambiental é o ato administrativo por meio do qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, as restrições e as medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais considerados como efetiva ou potencialmente poluidores ou que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.
- 97** O procedimento de licenciamento ambiental tem como última etapa a emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, de parecer jurídico.
- 98** São exemplos de atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental: lavra garimpeira; produção de soldas e anodos; e fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos.

À luz da Resolução n.º 1/1986 do Conama, julgue os seguintes itens.

- 99** São atividades modificadoras do meio ambiente que devem ser submetidas à aprovação do órgão estadual competente e do Ibama (em caráter supletivo) e dependem de elaboração de estudo de impacto ambiental e do respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA) as linhas de transmissão de energia elétrica (acima de 230 KV), a extração de combustível fóssil e a construção de ferrovias.
- 100** Uma das atividades desenvolvidas pelo estudo de impacto ambiental trata-se da elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados.
- 101** As despesas e os custos referentes à realização do estudo de impacto ambiental correrão por conta do governo federal. Para tanto, o proponente deve apresentar orçamento detalhado, contemplando itens como coleta e aquisição de dados e informações, trabalhos e inspeções de campo, análises de laboratório, entre outros.

De acordo com o Decreto n.º 10.829/1987, que regulamenta o art. 38 da Lei n.º 3.751/1960 no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília, julgue os itens que se seguem.

- 102** Das quatro escalas que configuram a concepção da cidade de Brasília, a escala monumental, concebida para conferir à cidade a marca de efetiva capital do País, é representada pelo Eixo Monumental, desde a Praça dos Três Poderes até a Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA).
- 103** Na escala residencial, representada pelas superquadras, serão permitidas as vendas das projeções dos edifícios. Portanto, o nível térreo configura área pública.
- 104** Lúcio Costa, no documento Brasília Revisitada, chama a atenção para a intenção de se privatizar o acesso ao lago apenas pelos clubes lindeiros à orla e pelas residências particulares, devendo permanecer as áreas remanescentes livres.

Acerca do Estatuto das Cidades (Lei n.º 10.257/2001), julgue os itens subsequentes.

- 105** Entende-se por usucapião especial de imóvel urbano a aquisição de área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, que esteja em posse de uma pessoa por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, desde que esta não seja proprietária de outro imóvel urbano ou rural.
- 106** O direito de preempção confere ao Poder Público estadual ou à União a preferência para a aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.

Com base na Lei Federal n.º 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da CF e dá outras providências, julgue os próximos itens.

- 107** Define-se por concessão de serviço público a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente (a União, os estados ou o Distrito Federal), mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou ao consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- 108** Quanto à política tarifária, a tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato, que não poderão prever mecanismos de revisão das tarifas acertadas no processo licitatório.
- 109** São encargos do poder concedente, entre outros: cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão; zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas; e manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão.

Quanto à Lei n.º 11.977/2009, que regulamenta o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), julgue os seguintes itens.

- 110** O PMCMV tem como objetivo atender famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), criando mecanismos de incentivo à construção ou reforma de imóveis urbanos ou rurais.
- 111** Para indicação dos beneficiários do PMCMV, dá-se prioridade a determinadas famílias, como as residentes em área de risco e as famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar ou das quais façam parte pessoas com deficiência.

No que se refere a licenciamento ambiental, julgue os itens subsequentes.

- 112** No aspecto financeiro, é importante o licenciamento ambiental, uma vez que os bancos oficiais exigem esse licenciamento para a liberação de recursos.
- 113** Criação de animais (avicultura, piscicultura e suinocultura), frigoríficos e turismo rural são exemplos de serviços que requerem licença ambiental.

Com relação às áreas de proteção permanente e de proteção ambiental, julgue o item a seguir.

- 114** São considerados como área de proteção permanente (APP) os locais declarados como de interesse social por ato do chefe do Poder Executivo, cobertos com florestas ou outras formas de vegetação destinadas à proteção de várzeas e de sítios de excepcional beleza, que assegurem condições de bem-estar público, entre outras finalidades.

A respeito de projetos complementares em edificações, julgue os itens que se seguem.

- 115** São exemplos de serviços de segurança em um projeto de instalações elétricas de baixa tensão: bombas de incêndio; sistemas de exaustão de fumaça; e equipamentos médicos essenciais.
- 116** Bombeamento de água, salas de caldeira e laboratórios de grande porte são exemplos de instalações que requerem seccionamento de emergência em projetos de instalações elétricas de baixa tensão.

Acerca da Lei Complementar n.º 440/2002, que dispõe sobre a regulamentação do processo para regularização de parcelamento de solo com características urbanas, parcial ou totalmente implantado, no Distrito Federal, julgue os próximos itens.

- 117** Será considerado como parcelamento de solo com características urbanas totalmente implantado aquele que se encontra totalmente edificado e com as obras de infraestrutura concluídas e, como parcialmente implantado, aquele que se encontra com aproximadamente 50% de sua área edificada e urbanizada e com algumas obras de infraestrutura concluídas.
- 118** Após o cumprimento das exigências emitidas pela Comissão Técnica de Análise de Parcelamento de Solo, o empreendedor, o loteador ou a entidade que detenha a representatividade do parcelamento de solo com característica urbana irregularmente parcial ou totalmente implantado deverá requerer o licenciamento ambiental junto à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

No que diz respeito ao regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, julgue os itens subsequentes.

- 119** O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivo exclusivo assegurar o controle quantitativo do uso da água, que é considerada como recurso natural limitado.
- 120** Estão sujeitos à outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos: extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo; utilização da água para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural; e aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.